

Laís Ribeiro de Senna

CONCESSÃO:
Prazo e Equilíbrio Econômico-Financeiro

1.^a edição

EDITORA ● SINGULAR

São Paulo
2019

Sumário

Introdução	11
CAPÍTULO I	
O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e sua recomposição	23
1.1. Equilíbrio econômico-financeiro: conceito e fundamentos	23
1.2. A mutabilidade dos contratos de concessão de serviço público e sua relação com o equilíbrio econômico-financeiro	26
1.2.1. As alterações que podem provocar desequilíbrio econômico-financeiro contratual.....	28
1.2.1.1. Álea ordinária	28
1.2.1.2. Álea administrativa	30
1.2.1.3. Álea econômica.....	33
1.3. Instrumentos de verificação do equilíbrio econômico-financeiro.	35
1.3.1. Revisão tarifária.....	36
1.3.2. Indenização do Poder Concedente.....	40
1.3.3. Alteração nas obrigações da concessionária.....	41
1.3.4. Redução da contraprestação paga à Administração.....	43
1.3.5. A possibilidade de alteração na contraprestação pública, no caso das Parcerias Público-Privadas	44
1.3.6. Indenização a cargo da futura concessionária.....	45
1.3.7. Alteração de prazo do contrato de concessão	45
1.4. A escolha da forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão	46
1.5. Conclusões parciais	48

CAPÍTULO II

A prorrogação de prazo nos contratos de concessão de serviço público	49
2.1. A prorrogação de prazo contratual em sentido estrito, ou prorrogação por conveniência	49
2.1.1. A necessidade de previsão contratual	56
2.1.2. A discricionariedade na determinação da prorrogação prevista contratualmente	60
2.1.3. Limites à prorrogação contratual	63
2.1.4. Prorrogação em sentido estrito em contratos desequilibrados	66
2.2. A Lei n. 13.448/2017 e as novas formas de prorrogação	69
2.2.1. A prorrogação contratual	70
2.2.2. A prorrogação antecipada	71
2.2.3. O artigo 22 da Medida Provisória n. 752/2016 e seu veto.	74
2.3. Conclusões parciais	75

CAPÍTULO III

A alteração de prazo dos contratos de concessão como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	77
3.1. Incidência da extensão de prazo como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no Direito brasileiro	78
3.2. A natureza jurídica da extensão de prazo contratual como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.....	83
3.3. Principais entraves à aplicação da extensão de prazo como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.....	84
3.3.1. O princípio da licitação e a extensão de prazo nos contratos de concessão.....	86
3.4. Adequação da extensão de prazo como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ao regime jurídico brasileiro.....	89
3.4.1. A preservação do princípio da modicidade tarifária e a extensão de prazo nos contratos de concessão.....	92

3.5. Necessidade de previsão em contrato ou instrumento convocatório	94
3.6. Momento de concretização da extensão de prazo na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.....	102
3.7. Relevância da natureza dos eventos causadores de desequilíbrio em sua recomposição e momento da alteração contratual.....	105
3.8. Autonomia entre institutos de dilação de prazo e possibilidade de aplicação de ambos.....	108
3.9. Limites normativos e contratuais à prorrogação dos contratos de concessão – sentido amplo ou sentido estrito?	112
3.9.1. A interpretação dos limites à prorrogação e duração dos contratos de concessão, no caso de extensão do contrato para recomposição de equilíbrio econômico-financeiro	120
3.10. O desequilíbrio em favor do Poder Concedente: desequilíbrio reverso.....	122
3.11. Conclusões parciais.....	123

CAPÍTULO IV

Aplicação da alteração de prazo contratual.....	129
4.1. Prorrogação em sentido estrito e a alteração de prazo com finalidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro: uma comparação final.....	131
4.2. Condições de validade da aplicação da alteração de prazo como forma de recomposição do equilíbrio econômico financeiro.....	136
4.2.1. Condições gerais.....	136
4.2.2. Condições específicas	137
4.2.2.1. Previsão legal e contratual	137
4.2.2.2. Melhor solução	138
4.2.2.3. Limites de incidência.....	138
4.3. Requisitos de aplicação da alteração de prazo	140
4.3.1. Compensar o desequilíbrio	140
4.3.2. Momento de concretização da recomposição	141
4.3.3. Natureza do evento que provoca o desequilíbrio em face das condições contratuais.....	142

Laís Ribeiro de Senna

4.4. Conclusões parciais 142

Conclusão 145

Bibliografia 151